Vogais suplentes:

Arquiteta Isabel Flores, directora de departamento, e arquitecto Fernando Couto, chefe de divisão.

Legislação aplicável — ao concurso aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na sua actual redacção, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Candidatos — a este concurso podem concorrer os arquitectos de 2.ª classe com, pelo menos, três anos na respectiva categoria, classificados de *Bom*, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Requisitos gerais de admissão — são requisitos de admissão os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Matosinhos.

Remuneração — o cargo a prover será remunerado de acordo com o disposto no Sistema Retributivo da Administração Local (anexos ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março).

Formalização de candidaturas:

1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em folha de papel normalizado A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos ou enviado pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, para a seguinte morada — Câmara Municipal de Matosinhos — Departamento de Recursos Humanos — Avenida de D. Afonso Henriques, 4454-510 Matosinhos, onde indiquem os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número, data de emissão, validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, número de telefone, código postal e localidade);

b) Certificado de habilitações literárias onde conste a média final do curso;

c) Categoria a que se candidata, com identificação do respectivo concurso, mediante referência ao número do aviso de abertura;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito.

2 — Juntamente com o requerimento de admissão, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae*, devidamente datado e assinado;

b) Declaração emitida pelo respectivo serviço, comprovativa da categoria, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na Administração Pública, e especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa;

c) Documento comprovativo das classificações de serviço, quantificadas, dos últimos três, cinco ou seis anos.

3 — Os candidatos que sejam funcionários da Câmara Municipal de Matosinhos estão dispensados de apresentar os documentos que constam já dos seus processos individuais.

Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos — a lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista classificativa, serão afixadas em expositores no edifício dos Paços do Concelho.

Critérios de apreciação — os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

Igualdade de oportunidades — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.
1000302911

Aviso n.º 262/2006

Nomeação de pessoal dirigente — recrutamento para provimento de cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º grau.

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, na sequência de procedimentos de candidatura para os cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º grau, abaixo mencionados, publicados através da oferta de Emprego Público na BEP n.º OE200509/0222 e no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 19 de Setembro de 2005; na BEP n.º OE200510/0448 e no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 28 de Outubro de 2005; na BEP n.º OE200602/0308 e no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 21 de Fevereiro de 2006, e dando satisfação ao preceituado no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na nova redacção pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, torno público que, por despachos de 31 de Março, 5 de Abril e 1 de Junho de 2006, o presidente da Câmara nomeou em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir da data dos referidos despachos:

Os licenciados Rute Susana Costa Alves Tavares Rijo, Jacinta Maria Oliveira Monteiro Soares Batista e José António Pinto Júnior, nos cargos de chefe de Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras, chefe de Divisão de Comunicação e Imagem e director do Departamento Jurídico, respectivamente, considerando que possuem experiência no desempenho de funções dirigentes e, concretamente, na área de actuação em concreto; considerando que o plano que apresentaram teve em conta as atribuições definidas no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais e propuseram medidas concretas, visando uma melhor eficácia dos respectivos serviços; e considerando, finalmente, que os candidatos nomeados eram detentores de competência técnica para o exercício das funções inerentes ao respectivo cargo, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço:

Nota relativa ao currículo académico e profissional dos nomeados

Rute Susana da Costa Alves Tavares Rijo, licenciada em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Universidade Portucalense.

Detém, entre outros, Módulo II do Curso «As Autarquias Locais e as Parcerias Públicas Privadas; Concessões e Empresas Municipais; Acção Nova Legislação Laboral, integrada no programa Formação Empresa; Curso de especialização em «Código do Trabalho», organizado pelo Instituto Superior de Administração e Gestão — ISAG.

Em 3 de Outubro de 2001 iniciou funções como técnica superior jurista (estagiária), no Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Matosinhos.

Em 26 de Agosto de 2005 foi nomeada chefe de Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras, em regime de substituição.

Jacinta Maria Oliveira Monteiro Soares Batista, bacharel em Comunicação Social, devido ao carácter biépico do Curso Superior de Comunicação Social, ministrado na Escola Superior de Jornalismo e licenciada em Jornalismo Internacional pela mesma escola.

Investigou e redigiu a monografia composta por 149 páginas, subordinada ao tema «Televisão e Escola: Dois Mundos do Aluno».

De Maio de 1999 a Setembro de 2002 foi assessora da Câmara Municipal de Matosinhos para as áreas da Comunicação Social, Imagem e Relações Públicas, exercendo funções no Gabinete de Relações Públicas da Câmara.

De Novembro de 2000 a Janeiro de 2001 foi destacada para exercer funções no âmbito da formação académica — Comunicação Social e Relações Públicas — no Gabinete Pessoal do presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

Em 5 de Novembro de 2001 ingressou no quadro de pessoal na carreira técnica superior de comunicação social.

De Janeiro de 2001 a Maio de 2005 exerceu funções de secretária nomeada do presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

De 1 de Junho de 2005 a 5 de Setembro de 2005 exerceu funções como adjunta do presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

Em 5 de Setembro de 2005 foi nomeada chefe de Divisão do Gabinete de Comunicação e Imagem, em regime de substituição.

Dr. José António Pinto Júnior, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra.

Fez a Magistratura do Ministério Público, com a categoria de delegado de Procurador da República interino, passando ao quadro, fez a progressão na carreira até delegado do Procurador da República de 1.ª classe.

Fez carreira na judicatura, tendo atingido a categoria de juiz de acesso final, que representava o seu término na 1.ª instância.

Abandonou a magistratura judicial, embora na situação de juiz de direito na licença ilimitada para passar a praticar advocacia.

Em Fevereiro de 1982 começou a colaborar com o município de Matosinhos, em regime de *part-time*, ingressando no quadro de pessoal deste município em 11 de Dezembro de 1986.

Desde então passou, e inicialmente como jurista exclusivo, a desempenhar a função jurídica ao serviço do município de Matosinhos.

Posteriormente passou a fazer o patrocínio judiciário das acções e processos do município de Matosinhos, quer este intervisse como parte demandante, quer como parte demandada.

Sempre esteve à frente dos serviços jurídicos, que orientou na área do patrocínio judiciário, representando os interesses do município de Matosinhos em todos os tribunais que corriam pleitos.

Foi co-autor do estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da administração central, regional e local — anotado e com formulário.

Em 12 de Dezembro de 2005 foi nomeado director do Departamento Jurídico, em regime de substituição.

12 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*. 1000302912

Aviso n.º 267/2006

Lista de candidatos excluídos ao concurso externo de ingresso para admissão de três (estagiários) com vista ao provimento de três lugares de psicologia de 2.ª classe.

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que a lista de candidatos excluídos ao concurso em epígrafe, se encontra afixada no placard do Departamento de Recursos Humanos.

Mais se informa que da exclusão dos candidatos ao referido concurso, cabe recurso hierárquico a interpor no prazo de oito dias, para o Presidente da Câmara, a contar da data da publicação deste aviso.

19 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*. 1000302913

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 9 de Junho de 2006, homologo a acta de classificação final e procedo à nomeação da estagiária, para um lugar de técnico superior de 2.ª classe — área de organização e gestão, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 184, de 6 de Agosto de 2004:

Otília Maria Fernandes Bernardo Martins — 15 valores.

Mais se torna público que o nomeado tem o prazo de 20 dias para tomar posse a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rodrigo Martins*. 1000302909

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 9 de Junho de 2006, homologo a acta de classificação final e procedo à nomeação da estagiária, para um lugar de técnico superior de 2.ª classe — área de animação cultural e educação comunitária, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 184, de 6 de Agosto de 2004:

Ana Cristina dos Anjos Pires Ribeiro — 15 valores.

Mais se torna público que o nomeado tem o prazo de 20 dias para tomar posse a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rodrigo Martins*. 1000302910

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 11 de Maio de 2006, foi concedida, ao abrigo do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, licença sem vencimento, pelo período de um ano, ao engenheiro agrónomo de 1.ª classe, desta Câmara Municipal, Vasco Henrique Simões Gomes Banheiro.

A referida licença teve início no dia 1 de Junho de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Junho de 2006. — Por subdelegação de competências (despacho n.º 3/DDAF/05), a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rosária Murça*. 1000302891

CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

Aviso

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, conforme despacho do presidente, de 23 de Março de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, o concurso externo de ingresso para provimento dos seguintes lugares:

Concurso A — técnico superior (estagiário), sociologia — um lugar.

Concurso B — técnico superior (estagiário), biologia — um lugar.

Concurso C — técnico superior (estagiário), arquitectura paisagista — um lugar.

Concurso D — técnico superior (estagiário), matemática — um lugar.

Concurso E — técnico superior (estagiário), arqueologia — um lugar.

Concurso F — técnico superior (estagiário), arquitectura — um lugar.

Concurso G — técnico profissional de construção civil/desenho — um lugar.

Concurso H — operário semiquilificado, cabouqueiro — três lugares.

Concurso I — motorista de transportes colectivos — um lugar.

Concurso J — cantoneiro de limpeza — três lugares.

Concurso L — auxiliar de acção educativa — dois lugares.

2 — Prazo de validade — os concursos são válidos por um ano a contar da data da publicação no *Diário da República*, do aviso, contendo a lista de classificação final, cessando, em qualquer, caso com o provimento dos lugares.

3 — Condições de candidatura — só podem ser admitidos aos concursos os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas satisfaçam os seguintes requisitos:

a) Requisitos gerais — os referidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Requisitos especiais:

Concursos A, B, C, D, E e F — os constantes na alínea d) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Concurso G — os constantes na alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Concurso H — os constantes do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Concurso I — os constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Concurso J — os constantes do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Concurso L — os constantes do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho.

4 — Local de prestação de trabalho para todos os concursos — município de Redondo.